

Relatório Final
XIII-Conferência Municipal de Assistência Social

1 – Registro do processo da Conferência de Assistência Social 2019 Informações

Gerais da Conferência Municipal:

1. Nome do Município / UF: Londrina-PR
2. Identificação da Conferência: XIII-Conferência Municipal de Assistência Social;
3. Datas de realização: 10/07 e 28/08;
4. Local de realização: Guarda Mirim de Londrina;
5. Porte do município: Grande Porte
6. Número total de participantes: dia 10/07:323 e 28/08:247;

2. Número de Delegados participantes da Conferência Municipal de Assistência

Social por categoria:

(25) Governamentais

Sociedade Civil

(103) Usuários

() Trabalhadores

(26) Entidades

3. Quais e quantos eventos de mobilização antecederam a Conferência?

(17) Número Tipo de Eventos de Mobilização

(X) Pré-conferências ou Encontros Preparatórios Palestras ou debates públicos

() Outras formas:

4. Registro do Resultado dos Grupos de Trabalho:

| Eixos | Prioridades para o Município | Prioridade para o Estado | Prioridade para a União |
|--|--|--|---|
| <p>1 - Assistênci a Social é um direito do cidadão e dever do Estado</p> | <p>1- Agilizar o processo de liberação de benefícios de transferência de renda e benefícios eventuais, inclusive retornando o repasse de benefícios a adolescentes em situação de desproteção social, além de aumentar a quantidade e condições de acesso a esses benefícios, promovendo a redução do tempo de agendamento e a alteração da regulamentação que trata da renda per capita para sua concessão, garantindo o aumento real periódico dos valores e o atendimento das emergencialidades em tempo hábil e as especificidades culturais e mobilidade social das famílias, assegurando o alcance de um patamar de vida digno.</p> <p>2- Ampliar, diversificar e aprimorar a oferta de serviços, programas e projetos de inclusão produtiva (qualificação profissional, ACESSUAS Trabalho e Economia Solidária), assegurando condições de acesso para que possam ampliar sua atuação no Município de Londrina, com a utilização de estratégias como ampliações de parceiros, concessão de Vale Transporte, etc., e garantindo que estas ofertas ocorram de forma descentralizada nos territórios e atendam públicos específicos, como por exemplo a população em situação de rua e os adolescentes em situação de desproteção social, com abordagens que correspondam à realidade, social, cultural e territorial, aprimorando a articulação com as políticas do trabalho, com órgãos e instituições que atuem no campo da qualificação profissional e da intermediação de mão de obra, bem como garantindo fomento e recursos para os grupos de trabalho, ampliando o apoio a cooperativas organizadas por iniciativa de usuários, de modo a favorecer a coletivização das demandas e o acesso a crédito e microcrédito, assegurando o apoio aos processos de produção e comercialização.</p> <p>3- Garantir estrutura física, adequada e adaptada, estrutura de equipamentos, material e pessoal necessários e adequados, inclusive com reposições em caso de aposentadorias, exonerações e falecimentos de servidores, para a ampliação da capacidade e agilidade de atendimento frente às demandas apresentadas, com atenção ao crescimento dessas demandas, inclusive afetas ao Cadastro Único; garantia de continuidade de atendimento aos egressos e realização do atendimento descentralizado, inclusive por meio da implantação de novas unidades de serviços da proteção social básica e especial (CRAS, CREAS, etc.) e garantia da manutenção das existentes, bem como a flexibilização dos horários de atendimento, inclusive com o estabelecimento de equipes volantes, contemplando</p> | <p>1- Assegurar efetivamente a participação do Estado do Paraná nos meios necessários para a garantia da disponibilização dos serviços e no provimento de benefícios eventuais socioassistenciais e agilizar o processo de liberação dos benefícios de transferência de renda.</p> | <p>1- Assegurar que os benefícios de fato se configurem como instrumentos de distribuição de renda mais justa, garantindo o alcance de um patamar de vida digno, garantindo ampliações de valor e alcance dos benefícios de transferência de renda; assegurar que a atualização dos valores utilizados como parâmetros de pobreza e extrema pobreza para fins de análise de sua concessão seja 50% superior aos atuais valores utilizados, garantindo que também acompanhem a correção inflacionária, agilizando o processo de liberação desses benefícios.</p> |

horário noturno e sábados, em todas as regiões do Município (urbana, rural e Terra Indígena), com o atendimento às especificidades, principalmente das áreas mais isoladas, com vistas à universalização do acesso seja nas unidades governamentais ou não governamentais, e o efetivo acompanhamento das famílias.

4- Implantar e ampliar a oferta de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, de forma descentralizada nos territórios, considerando as diversas faixas etárias, a inclusão da família monoparental como público prioritário, a especificidade territorial, garantindo acesso, permanência no serviço, redução das listas de espera e desenvolvimento de ações preventivas, e assegurando a manutenção e ampliação das parcerias, bem como o número de profissionais compatíveis com a prestação dos serviços e remuneração digna.

5-Garantir a formação e capacitação continuada dos profissionais, bem como fomentar o estabelecimento de metodologias específicas, contemplando todas as categorias profissionais, assegurando acesso e condições de participação, bem como fomentar a inclusão de novos perfis profissionais no âmbito dos serviços socioassistenciais, qualificando o atendimento a públicos específicos como pessoas com deficiência, idosas, mulheres, população em situação de rua, usuários de SPA e povos indígenas, crianças e adolescentes e famílias com situações de trabalho infantil e acolhimento, buscando parceiros como universidades, institutos, dentre outros, evitando a rotatividade de pessoal, seja nos serviços públicos, seja nos serviços prestados pela rede não governamental e promovendo, nas parcerias existentes no âmbito da política de assistência social, a previsão de tempo de preparação das atividades entre as equipes dentro da respectiva carga horária de trabalho para a realização de planejamento coletivo, estimulando o uso de tecnologias inovadoras, com vistas a garantir a qualificação do atendimento bem como articulação em rede com outros serviços e territórios.

| Eixos | Prioridades para o Município | Prioridade para o Estado | Prioridade para a União |
|---|---|--|---|
| <p>2-Política Pública tem que ter financiamento público</p> | <p>1-Ampliar o orçamento destinado a serviços, programas e projetos (a exemplo de: CRAS/PAIF, CREAS/PAEFI, SCFV para crianças adolescentes e idosos e aprendizagem profissional, acolhimentos, dentre outros), voltados aos vários públicos da política de assistência social (crianças, adolescentes e jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência e suas famílias) de forma a ampliar a cobertura destes em territórios em que já se fazem presentes; garantir que tal cobertura atinja territórios que ainda estão descobertos e garantir, ainda, a ampliação de profissionais para o atendimento de forma continuada e qualificada das demandas, inclusive de etnias e públicos específicos, assegurando estrutura adequada e garantindo o acesso para os usuários com fornecimento de Vale Transporte e/ou meios de transporte.</p> | <p>1- Assegurar e ampliar o cofinanciamento estadual destinado a serviços, programas e projetos desenvolvidos no Município (a exemplo de: CRAS/PAIF, CREAS/PAEFI, SCFV para crianças adolescentes e idosos e aprendizagem profissional, acolhimentos, dentre outros) voltados aos vários públicos da política de assistência social (crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência e suas famílias) bem como dos benefícios eventuais, visando o aumento da cobertura e da capacidade de proteção social.</p> | <p>1-Garantir que o valor do Benefício de Prestação Continuada - BPC não seja inferior ao salário mínimo, estabelecendo como critérios de acesso renda per capita de até meio salário mínimo e idade de 60 anos para os idosos, e assegurar que os recursos orçamentários da esfera federal para o SUAS, BPC e Bolsa Família sejam compatíveis com a necessidade de ampliação de proteção social das famílias brasileiras (Trabalhadores e CRAS).</p> |
| | <p>2-Assegurar que as parcerias firmadas para a oferta de serviços programas e projetos tenham reajuste sistemático, equiparação dos valores repassados para ações do mesmo tipo e como base o custo, a complexidade e especificidade do atendimento e do local, e atinjam todas as regiões do município.</p> | | |
| | <p>3-Ampliar os valores e quantidades dos benefícios eventuais e de transferência de renda municipal (PMTR), anualmente, ampliando sua capacidade de proteção social, garantindo reajuste com base no índice utilizado para o salário mínimo.</p> | | |
| | <p>4- Garantir orçamento para a implementação de recursos humanos na rede socioassistencial e na Secretaria Municipal de Assistência Social por meio da realização de concursos públicos para novas contratações e para reposição de servidores aposentados ou afastados, de forma a atender as necessidades de cada serviço, e da implementação de uma política interna de recursos humanos que se preocupe com a qualificação e com o cuidado dos trabalhadores de forma preventiva e proativa.</p> | | |
| | | | |

| Eixos | Prioridades para o Município | Prioridade para o Estado | Prioridade para a União |
|---|--|--|---|
| <p>3 - A</p> <p>participação popular garante a democracia e o controle da sociedade</p> | <p>1-Garantir que o Comitê Pop Rua, composto por todas as políticas públicas afetas voltadas às pessoas em situação de rua e usuários dos serviços, seja a referência de articulação e controle desses serviços, de forma a serem ofertadas no Centro Pop e demais locais das políticas intersetoriais, considerando também os territórios.</p> <p>2-Ampliar a participação dos usuários e trabalhadores do SUAS no processo de planejamento, acompanhamento e avaliação dos serviços socioassistenciais, criando espaços tais como: assembleias, comissões, fóruns, de trabalhadores e de usuários etc.</p> <p>3-Garantir que CMAS se efetive como um espaço democrático de participação, a partir de mecanismos que facilitem o acesso, a socialização e a clareza das informações, e a transparências dos dados para que sejam acessíveis a todos/as os/as conselheiros/as e observadores no processo deliberativo, por meio de reuniões descentralizadas nos territórios e com nova metodologia destas reuniões.</p> <p>4-Promover capacitações sistemáticas com os/as conselheiros/as de forma a ampliar as suas condições objetivas de avaliação, monitoramento, fiscalização e tomada de decisão sobre a Política de Assistência Social.</p> <p>5-Ampliar e qualificar os canais de comunicação e relacionamento dos usuários com as estruturas da Política de Assistência Social, com a utilização de estratégias como jornais, cartilhas, folhetos, whats App, entre outros, observando a acessibilidade.</p> | <p>1-Garantir o exercício do controle social por meio do fortalecimento dos conselhos: Municipais e Estadual de Assistência Social e da implementação de mecanismos que facilitem o acesso para participação sobretudo de usuários e trabalhadores, assegurando o repasse das informações aos conselheiros municipais mensalmente.</p> | <p>1-Garantir o exercício do controle social por meio do fortalecimento dos conselhos: Municipais, Estaduais e Nacional de Assistência Social e da implementação de mecanismos que facilitem o acesso para participação sobretudo de usuários e trabalhadores, assegurando o repasse das informações aos conselheiros estaduais e municipais mensalmente.</p> |